

A LUTA PELA TERRA NA REGIÃO DE RIBEIRÃO PRETO: O PROCESSO DE FORMAÇÃO E ORGANIZAÇÃO DO ASSENTAMENTO MÁRIO LAGO

Dorival Borelli Filho¹

Vera Lúcia Silveira Botta Ferrante²

Resumo: O presente estudo de caso propõe-se a analisar o processo formação do assentamento Mário Lago, bem como o seu modelo de organização social e de produção. Para a coleta de dados junto às famílias, foram empregadas técnicas qualitativas de pesquisa (entrevista semi-estruturada), além de dados quantitativos colhidos junto ao Incra. O assentamento originou-se a partir de uma ocupação de terras liderada pelo MST no ano de 2003. Atualmente, o assentamento é constituído por 264 famílias, subdividido em 20 núcleos de moradia, que agregam de 10 a 20 famílias. Para cada núcleo, existe um coordenador e uma coordenadora geral, cujas responsabilidades são as orientações e a organização de cada núcleo. Simultaneamente a essa organização, existem coordenadores, de ambos os gêneros, que são responsáveis pelos seguintes setores: segurança, saúde, educação, ciranda infantil, esporte, cultura e lazer, jovens e produção. A ausência de políticas públicas no assentamento, nas áreas de saneamento básico, saúde, educação, coleta de lixo e transporte público vêm gerando permanentes conflitos entre as famílias assentadas com o poder público local. O movimento vem utilizando a área nos moldes da agricultura orgânica, pretendendo construir um cinturão verde que garanta o fornecimento desses produtos para o município de Ribeirão Preto.

Palavras-Chave: MST; Assentamento Mário Lago; Processo de Formação; Organização Social e da Produção.

¹Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente do Centro Universitário de Araraquara (UNIARA).

²Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente do Centro Universitário de Araraquara (UNIARA).

Abstract: *The purpose of this case study is to analyze the foundation process of Mário Lago settlement as well as its social organization and production models. Data were collect from families under the employment of qualitative techniques of research (semi-structured interview), further the quantitative data gathered from the Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA (Colonization and Agrarian Reform National Institute). The settlement was established from a land occupation which was led by the MST - Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (Landless Rural Workers Movement) in 2003. At present, the settlement is constituted by 264 families, sub-divided into 20 units, and each unit concentrates 10-20 families. There are both a male coordinator and a general female coordinator, whose responsibilities are the guidance and the organization of each unit. Simultaneously to this organization, there are coordinators, of both genders, who are responsible for the following sectors: safety, health, education, ciranda infantil (childish ciranda – a popular dance and rhyme), sport, culture and leisure, youth, and production. The lack of public policies in the settlement as to the areas of basic sanitation, health, education, waste collection and public transportation has been caused frequent conflicts between the settled families and the local government. Regarding the production the mentioned Movement has been using the area under organic agriculture shape, aiming to construct a green belt that guarantees the supply of such products for the city of Ribeirão Preto.*

Keywords: *MST; Mário Lago Settlement; Foundation Process; Social Organization and Production.*

Introdução

O presente artigo propõe-se a realizar uma análise do processo de constituição do projeto de assentamento federal Mário Lago de Ribeirão Preto, a partir do processo de ocupação da antiga Fazenda da Barra, sob a liderança do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), iniciado em abril de 2003 e concretizado em agosto de 2003 e do conseqüente processo de assentamento das famílias acampadas realizado pelo Incra, bem como, de seu modelo de organização social interna estabelecido às 264 famílias assentadas que se encontram sob a liderança do movimento sem-terra e, por fim, de seu incipiente projeto agroecológico de produção, como a gestação de um possível embrião de desenvolvimento regional sustentável diferenciado e contestador das estratégias convencionais do modelo de agronegócio local, caracterizado nesta região do estado de São Paulo pela produção sucroalcooleira.

Neste artigo, optou-se pela utilização do termo ocupação em oposição ao uso do termo *invasão*³. O termo *ocupação* é utilizado pelos movimentos sociais a fim de designar a inserção e acampamento de trabalhadores rurais sem-terra em uma determinada propriedade agrícola, pois, em princípios, essas áreas dizem respeito a terras griladas, latifúndios de exploração, propriedades improdutivas ou áreas devolutas. Neste contexto, o termo ocupação designa o preenchimento de um espaço vazio e a realização de pressão social coletiva para a aplicação da lei e a desapropriação da área para fins de reforma agrária. A ocupação é para o movimento sem-terra uma ação que objetiva construir um espaço de luta e resistência, criando-se uma outra condição para o enfrentamento. Realizando-a, os sem-terra conquistam a possibilidade de negociação (MORISSAWA, 2001).

A ocupação de terras improdutivas públicas ou privadas constituiu a estratégia básica dos movimentos sociais que lutam pela implementação da reforma agrária no país, criando, dessa maneira, um fato político que pressiona os organismos estatais a negociarem com estes movimentos e a realizarem seu definitivo assentamento (LAZZARETTI, 2008). Entretanto, as modalidades de luta do MST não se restringem unicamente às ocupações de latifúndios improdutivos. Muito pelo contrário, suas estratégias de pressão política abarcam desde ocupações de espaços públicos, até as modalidades mais convencionais, tais como: prolongadas negociações, marchas, jejuns, atos públicos de breve duração, abaixo-assinados, etc. O movimento tem desenvolvido ainda intensas ações em diversos outros setores da sociedade como atividades de comercialização e industrialização dos bens agrícolas gerados em seus projetos de assentamento, iniciativas no campo da Educação Infantil e Educação de Jovens e Adultos (EJA), além de singulares atividades jornalísticas, como atividades em rádio e a criação de seu periódico e de sua *home page* (NAVARRO, 1997).

O movimento sem-terra, em diversas regiões do país, tem conseguido transformar o paradigma político local, inserindo um novo contingente de eleitores, com o conseqüente enfraquecimento dos sistemas de dominação política local. Como nenhum outro movimento de extração popular, o MST tem desenvolvido modalidades de cooperação com instituições e agência estatais, facilitando, dessa maneira, o entendimento do poder estatal acerca de suas necessidades e favorecendo a criação de diversos programas, em inúmeras áreas de atuação governamental (NAVARRO, 1997).

³Segundo Morissawa (2001), o termo *invasão*, amplamente utilizado pela mídia brasileira a fim de desqualificar politicamente os movimentos sem-terra, designa um ato de força objetivando subtrair alguma propriedade agrícola pública ou particular em proveito próprio.

Segundo Fernandes (2008), a estrutura organizativa do movimento sem-terra corresponde à etapa de institucionalização do MST. Atualmente, esta estrutura comporta três dimensões interativas: *as instâncias de representação, os setores de atividades e as organizações vinculadas*. As duas primeiras dimensões são fruto de um amplo processo de reflexão acerca das modalidades de organização dos movimentos sociais, representando a multiplicidade da organização camponesa, integrando os ambientes de decisões com as atividades primordiais para o desenvolvimento da luta. A terceira dimensão conserva a forma tradicional das instituições, que se encontram vinculadas ao governo.

As instâncias de representação agregam distintos espaços, constituídos por inúmeras modalidades: núcleos, coordenadores, direções, encontros e o Congresso Nacional. Os núcleos são constituídos pelos grupos familiares de trabalhadores rurais sem-terra nos acampamentos e assentamentos rurais, que, por sua vez, elegem seus coordenadores que escolhem as coordenações regionais que elegem as coordenações das instâncias superiores e assim sucessivamente. Os coordenadores indicam, entre seus membros, os componentes da direção nas suas respectivas escalas. Os núcleos, as coordenações e as direções são os ambientes políticos por excelência do movimento sem-terra (FERNANDES, 2008).

Conforme Navarro (2002), o movimento sem-terra conseguiu desenvolver processos de organização e dinâmicas internas de estruturação que justificam sua força política. O paradigma organizacional postulado pelo movimento sem-terra para os seus projetos de assentamentos possui como principal referência a obra "Elementos sobre a teoria da organização no campo" (1986), de autoria de Clodomir Santos de Moraes, que, por sua vez, fundamenta-se em uma determinada concepção de socialismo, que encontra no marxismo-leninista sua maior expressão (BRENNEISEN, 2000).

De acordo com Navarro (2002), ao adotar a perspectiva totalizante dos grandes esquemas políticos das tradições ortodoxas do marxismo, que desqualificam as diferenças e alteridades sociais, além de impedir a autonomia das formas organizacionais microsociais, locais e regionais, pois ameaçariam a existência de sua própria dimensão nacional, o MST, enquanto uma organização política tem, de fato, atuado mais como freio à emancipação⁴

⁴Zander Navarro entende o conceito de emancipação como "às chances das classes subalternas e os grupos sociais mais pobres, a partir de diferentes identidades, construir, de forma autônoma, suas diversas formas de associação e representação de interesses e, mais relevante, adentrarem o campo das disputas políticas e aí exercerem seu direito legítimo de defender reivindicações próprias e buscar materializar suas demandas, sem o risco de eliminação ou constrangimentos politicamente ilegítimos materializados por grupos sociais adversários" (NAVARRO, 2002, p. 4).

dos mais pobres do campo, estes últimos servindo, muito mais, aos propósitos, nem sempre explícitos, do corpo dirigente da organização.

Para além da caracterização do MST como *um tipo de sociedade em rede com identidade social de projeto* (CARVALHO, 2002 *apud* GONÇALVES, 2005, p.11) ou como aqueles que tentam desqualificá-lo pela *mobilização sem emancipação* (NAVARRO, 2002 *apud* GONÇALVES, 2005, p.11) em razão da ideologia dos seus dirigentes que *sonham com a tomada do Palácio de Inverno*, o movimento vem preservando uma criativa capacidade de organização nacional das lutas sociais camponesas o que, por sua vez, implica unificar temporalidades distintas, tensões e contradições, que, constantemente, emergem.

O MST apropriou-se do legado teórico da esquerda, como pode ser facilmente observado em seus documentos e nos livros de suas principais lideranças. No entanto, enquanto um movimento social, o MST tem também mantido uma rica e ambígua relação dialética entre a institucionalidade e a autonomia, entre a reforma e a revolução. Ao invés de objetivar a tomada do poder, o movimento tem assumido a mundana e contraditória tarefa de criar espaços de vida própria, de autonomia nas ocupações, nos acampamentos e nos assentamentos mediante a criação de cooperativas e escolas, recuperando tradições anarquistas. A evidência empírica demonstra que não estão esperando *a tomada do Palácio de Inverno*, mas criando ambientes de vida, embora suas lideranças não deixem de vislumbrar sonhos mais significativos (GONÇALVES, 2005).

Observa Navarro (1997) que em seus projetos de assentamentos rurais, o MST possui uma forma de organização demasiadamente influenciada por uma percepção militarizada da estrutura social, pouco democrática e tolerante aos anseios e trajetórias familiares dos trabalhadores rurais assentados. Como resultante desta atitude, esta estrutura está condenada a estabelecer conflitos e dissensões em grande escala. Por sua vez, afirma Turatti (2005) que, nos acampamentos e projetos de assentamentos rurais do MST é possível se observar a existência de uma estrutura que possibilita a participação democrática, envolvendo as seguintes ações: eleições das lideranças, reuniões periódicas, assembléias como instâncias máximas de decisões, resoluções da cúpula do movimento discutidas com a sua base social por intermédio dos coordenadores de grupo, instâncias políticas essas que se encontram transpassadas por práticas autoritárias e clientelistas.

Na organicidade do movimento sem-terra observa-se a presença de diversos paradigmas clássicos da esquerda tradicional, emergindo a necessidade de uma estrutura orgânica constituída por dirigentes, coordenadores, comissões, departamentos e núcleos. Por sua vez, esses dirigentes são selecionados entre os melhores militantes. Partindo este movimento social do pressuposto teórico de que

as massas somente se mobilizam solitariamente em razão de uma causa imediata, não se organizando politicamente, é de responsabilidade destes dirigentes o direcionamento da luta dessa massa. Assevera-se inclusive em seus documentos que quanto mais esses trabalhadores rurais, denominados genericamente de massa, identificam-se com os símbolos do movimento, com suas lideranças e com sua organicidade, mais esses trabalhadores irão se mobilizar, organizar e lutar (GOHN, 1997 *apud* LAZZARETTI, 2008).

Segundo Morissawa (2001), em algumas regiões do país, o movimento sem-terra vem desenvolvendo em seus acampamentos e assentamentos uma experiência de núcleos de moradia, que, por sua vez, diferem das chamadas agrovilas⁵, em razão das moradias serem construídas nos lotes familiares. Nesta forma de organização, o assentamento é dividido em lotes de tal maneira que facilita a proximidade entre as inúmeras casas. Dessa maneira, em um assentamento existem diversos núcleos, cuja dimensão varia de acordo com a topografia, hidrografia e estradas existentes no local. Em média os núcleos comportam 15 grupos familiares. No interior de cada núcleo, existe um espaço destinado para a construção dos inúmeros equipamentos da infra-estrutura coletiva.

Nos núcleos de base ou moradia são ainda organizados os principais serviços, ocorrendo uma divisão de tarefas. Desta maneira, são constituídos os diversos setores dentro de um acampamento a fim de facilitar o dia a dia das famílias acampadas, tais como: educação, saúde, alimentação, higiene, religião, produção, finanças, lazer, entre outros. Para cada um desses setores existe um respectivo coordenador e as equipes de trabalho, que são responsáveis pelas tarefas e se reúnem periodicamente para avaliar e planejar as ações. Nos acampamentos ou assentamentos do movimento sem-terra, existe ainda uma coordenação geral, eleita pelas famílias acampadas ou assentadas, a qual possui a incumbência de conceder coesão ao trabalho das inúmeras equipes, tais como encaminhar lutas, negociar com o governo e se relacionar com a sociedade. A assembléia geral das famílias acampadas, que se reúne também periodicamente é o órgão máximo de decisão de um acampamento (CALDART, 2000 *apud* SOUZA; BERGAMASCO, 2006).

De acordo com Morissawa (2001), em seus projetos de assentamentos rurais, o MST tem estimulado as famílias assentadas que se encontram sob sua tutela à prática da agroecologia, desenvolvendo um novo paradigma de produção cujo objetivo central

⁵Na organização em agrovilas, as moradias são construídas em um lote destinado para esse objetivo. Inúmeras regras sociais são estabelecidas entre os assentados a fim de garantirem uma pretensa harmonia social (MORISSAWA, 2001).

é que não ocasionar prejuízos aos seres humanos e ao meio ambiente, reduzindo ainda os custos de produção. O movimento tem realizado um grande esforço a fim de produzir sementes dos alimentos básicos da agricultura, rústicas e mais adaptadas a cada região, que foram descartadas pelas produtoras de sementes híbridas.

A articulação da dimensão técnica com compromissos sócio-ambientais computa à agroecologia aportes de diferentes disciplinas na área da produção agrícola. De fato, a agroecologia conta com a aplicação interativa de conceitos e princípios da ecologia, agronomia, sociologia, economia, antropologia e outras áreas do conhecimento para um manejo e redesenho de agroecossistemas em direção à sustentabilidade do rural ao longo do tempo (ALTIERI, 2002 apud CARMO, 2005, p. 224). Embora o termo, entendido como um corpo teórico tenha surgido nos anos 1970, "... a ciência e a prática da agroecologia têm a idade da própria agricultura" (HECHT, 1989, p.25 apud CARMO, 2005, p.224).

No campo do combate a pragas, insetos e nutrição dos vegetais, as famílias assentadas têm buscado utilizar novas e velhas fórmulas de agroecologia. No lugar dos agrotóxicos, estão utilizando as caldas (um fungicida diluído em água que pode ser orgânico ou químico), o controle biológico, os inseticidas naturais, substituindo os adubos químicos pelos biofertilizantes, praticando a cobertura solo, adotando ainda plantas que recuperam a matéria orgânica do solo (adubos verdes). A fim de evitarem a erosão do solo, os assentados estão implantando nos assentamentos rurais as chamadas curvas de nível. O reflorestamento também vem se transformou em uma prática usual entre os assentados, com a criação de viveiros para a produção de mudas de árvores nativas, frutíferas e até mesmo exóticas (MORISSAWA, 2001).

Ainda acerca da produção agroecológica implementada nos projetos de assentamentos rurais, observa Gonçalves e Scopinho (2008), desde a década de 1990, pesquisadores, governos e movimentos sociais que lutam pela implantação da reforma agrária no país têm se debruçado sobre as novas dimensões do universo rural brasileiro, especialmente, sobre as questões provenientes da implantação de projetos baseados na sustentabilidade agroecológica. Recentes pesquisas apontam que esse processo resulta de uma nova visão sobre o rural, isto é, uma nova concepção sobre as possibilidades de desenvolvimento agropecuário nos distintos agroecossistemas do país. No contexto deste debate, os assentamentos da reforma agrária vêm sendo considerados espaços importantes para a implantação de projetos de desenvolvimento agropecuários alicerçados nos princípios da agroecologia.

O Processo de Formação do Assentamento Mário Lago

As 264 famílias que atualmente encontram-se assentadas no PA Mário Lago tomaram contato com o movimento sem-terra de diversas maneiras: através de estruturas do movimento existentes na região de Ribeirão Preto, mediante o contato com lideranças do MST, instituições escolares que realizavam um trabalho de divulgação do movimento, vizinhos, familiares, amigos e assentados rurais que os convidaram a ingressar no movimento social. No entanto, para ingressarem no movimento social, os dirigentes locais do MST solicitaram às famílias atestados de antecedentes criminais estaduais e federais, regra essa também prevista no regimento interno do movimento sem-terra.

Indagadas sobre os motivos que as levam a fazer parte do movimento sem-terra, justificam as famílias pesquisadas que buscavam uma melhor condição de vida, a realização do antigo sonho de voltarem a viver no campo, em busca de tranquilidade e segurança, fugindo da violência vivenciada nas periferias dos centros urbanos ou ainda desejavam lutar por igualdade social. A estrutura organizativa do movimento sem-terra também chamou a atenção de algumas famílias. O movimento realizou a cooptação das famílias nas periferias dos centros urbanos da região de Ribeirão Preto mediante a realização de reuniões, intituladas pelo MST como trabalho de base. Ao que tudo indica, esse trabalho de base, a formação política inicial, demorou poucas semanas, conseguido o movimento arregimentar um grande número de famílias em curto espaço de tempo. Como logística, visando o transporte das famílias até o assentamento Sepé Tiarajú e, posteriormente, até o local da ocupação o movimento sem-terra utilizou ônibus alugados e veículos particulares.

O processo concreto de ocupação da Fazenda da Barra iniciou-se em abril de 2003, momento em que cerca de 500 famílias ocuparam, sob a liderança do MST, a entrada do Sítio Bragheto, propriedade agrícola esta anexa à referida fazenda, pois a imediata ocupação da Fazenda da Barra retardaria em dois anos o processo de desapropriação⁶. Na madrugada anterior à ocupação, o movimento sem-terra

⁶De acordo com Fernandes (2003), em seu segundo mandado, FHC desenvolveu uma política de reforma agrária altamente repressora, criminalizando os movimentos sociais camponeses e mercantilizando o acesso à terra. Para viabilizar essa política, FHC editou duas medidas provisórias: a primeira determinava o não assentamento de famílias de trabalhadores rurais que tivessem participado de ocupações de terras e a segunda, dizia respeito à não vistoria das terras pelo período de dois anos quando ocupadas uma vez e por quatro anos, quando ocupadas mais de uma vez.

deslocou as famílias até o assentamento Sepé Tiarajú, localizado entre os municípios de Serrana e Serra Azul, a cerca de 20 km do local da área a ser ocupada.

As famílias permaneceram neste local, que funcionava como um núcleo, durante quatro meses, sendo transferidas pelo movimento sem-terra para o centro da cidade de Ribeirão Preto, para a Praça Maurílio Biagi e, posteriormente, para uma área pertencente ao município conhecida como Flamboyants. A primeira ocupação da área pertencente à Fundação Sinhá Junqueira ocorreu em 3 de agosto de 2003. No entanto, as famílias permaneceram somente vinte e oito dias no local, momento em que sofreram a primeira reintegração de posse. Em razão do processo de despejo, as famílias foram novamente deslocadas pelo movimento para um sítio pertencente a um advogado simpatizante do MST, uma propriedade anexa a Fazenda da Barra.

Após seis meses, o movimento sem-terra voltou novamente a ocupar a propriedade permanecendo até os dias atuais. Nesta segunda ocupação da Fazenda da Barra, o movimento sem-terra conseguiu instalar um acampamento provisório, iniciando o processo de organização das famílias em núcleos de moradia e em setores. Em um primeiro momento, as famílias foram abastecidas com cesta básicas enviadas pelo Incra, mas logo começaram a produzir neste local.

Após a desapropriação da Fazenda da Barra, um membro da família Junqueira, uma família quatrocentona, tradicionalmente abastada, possuidora de grandes propriedades e que havia sido indenizada pelo Incra em 20 milhões de reais em Títulos da Dívida Agrária⁷, passou a seguir, intimidar e inclusive ameaçar de morte lideranças locais do movimento.

A ocupação da Fazenda da Barra contou com o apoio de diversos segmentos da sociedade, os chamados "amigos do movimento", nos dizeres das famílias assentadas: simpatizantes do MST, destacando-se o envolvimento de um advogado proprietário de um sítio anexo à área ocupada; defensores do Aquífero Guarani; a Comissão Pastoral da Terra da Arquidiocese de Ribeirão Preto, sob a coordenação do Pe. Chico; a Central Única dos Trabalhadores, parlamentares locais, sendo decisivo o posicionamento do Ministério Público no processo de ocupação, através da atuação do promotor Marcelo Pedroso Goulart.

No decorrer do processo de ocupação, surgiram denúncias de que as famílias

⁷A indenização da propriedade agrícola mediante o depósito em Títulos da Dívida Agrária (TDA) constitui uma forma de punir o infrator pelo descumprimento da função social da propriedade, pois estes títulos não podem ser resgatados à vista. Porém, as benfeitorias realizadas no imóvel, tais como: casas, poços, estufas, são pagas à vista, pois são consideradas investimentos, fruto do trabalho empregado na propriedade (INCRA, 2005). T

acampadas estariam realizando a derrubada de matas para a construção dos barracos. No entanto, essas denúncias não foram, à época, comprovadas por técnicos do Ibama, que somente constataram a retirada de cana-de-açúcar para a instalação do acampamento provisório. Aliás, através dos dados colhidos mediante a pesquisa de campo, foi possível constatar que as famílias possuem uma forte consciência ecológica, especialmente, com relação à preservação dos recursos hídricos do Aquífero Guarani.

As famílias passaram por cinco reintegrações de posse concedidas pela justiça, que foram todas conduzidas de maneira pacífica pelo movimento, mediante negociações com a Polícia Militar. Em uma das ações de reintegrações, os próprios proprietários da Fazenda da Barra chegaram inclusive a disponibilizar veículos para o transporte das famílias acampadas.

Em 2004, ocorreu uma grande divisão no movimento sem-terra e conseqüentemente na própria estrutura do assentamento Mário Lago, motivada, segundo relatos orais, pela rigidez das regras estabelecidas pelo MST no assentamento, em razão da recusa de algumas de participarem da organização coletiva do assentamento. Esta divisão fez com que surgisse um segundo assentamento dentro da própria Fazenda da Barra, denominado Santo Dias, agora sob a responsabilidade do MLST. Nesse segundo assentamento, ocorreu também uma segunda divisão, fazendo surgir um terceiro assentamento na Fazenda da Barra, o intitulado Índio Galdino, que, por sua vez, não encontra-se vinculado a nenhum movimento social.

Além do processo de ocupação da Fazenda da Barra, o movimento sem-terra tem realizado, juntamente com as famílias assentadas, uma série de manifestações, as chamadas "atividades", nos dizeres dos sujeitos pesquisados, tais como: artigos publicados na Internet; ocupações de edifícios públicos, tais como: da Prefeitura de Ribeirão Preto, da Secretaria de Educação de Ribeirão Preto, do escritório do Inra localizado em Araraquara; paralisações de rodovias, no caso, da Rodovia Anhangüera, passeatas, atos públicos, a fim de conseguirem a regularização e melhorias no transporte escolar, acesso à água e energia elétrica. Os sujeitos investigados têm também integrado manifestações de outros acampamentos, assentamentos pertencentes ao movimento sem-terra e movimentos sociais.

Caracterização dos Sujeitos da Pesquisa

As 264 famílias assentadas no projeto de assentamento federal Mário Lago comportam, em média, quatro pessoas. Não obstante, no decorrer da pesquisa de campo, foram verificados grupos familiares constituídos de dois até onze pessoas (genitor, genitora e nove filhos), que, por ocasião da entrevista concedida pelos pais ao pesquisador, encontravam-se jogando futebol em frente ao barraco da família. Os grupos familiares são provenientes de diversos estados, especialmente, São Paulo e Minas Gerais, neste

último caso, famílias migrantes que se encontravam residindo na cidade de Franca e Serrana. O MST realizou um intensivo trabalho de base nestes dois municípios. Em sua grande maioria, os grupos familiares eram antigos moradores das periferias urbanas da região de Ribeirão Preto: desempregados, com baixa instrução escolar, não possuíam casa própria, encontrando-se ainda endividadas, constituindo-se, dessa maneira, na clientela típica a ser cooptada pelo movimento sem-terra: despossuídos sociais, que não passavam de meros números nas estatísticas de exclusão social.

O crédito moradia estipulado em cerca de sete mil reais ainda não foi liberado pelo Incra para essas famílias. Conseqüentemente, um grupo de famílias encontra-se desde o ano de 2003 residindo em barracos construídos por um simples contra piso, lonas plásticas, pedaços de madeira, barras de ferro e folhas de amianto, materiais esses que foram doados e/ou encontrados em aterros sanitários, que as famílias consideram como produtos reutilizáveis, o que, por sua vez, torna evidente as precárias condições de moradia vivenciadas no assentamento.

As moradias não dispõem ainda de rede de água encanada ou esgoto, que corre a "céu aberto", o que, por sua vez, pode vir a ocasionar uma possível contaminação de minas de água existentes no local ou mesmo do próprio Aquífero Guarani. Para fazerem suas necessidades fisiológicas, utilizam fossas, localizadas, em sua grande maioria, na parte externa dos barracos. O sistema de chuveiro funciona da seguinte maneira: como as improvisadas caixas de água encontram-se localizadas na parte superior das residências, no período do verão, em razão do aquecimento da água, as famílias conseguem tomar banho com água quente. Ainda com relação às condições de moradia, torna-se importante relatar que, no projeto de assentamento Santo Dias, que está sob a responsabilidade do MSLT⁸, o Incra iniciou a construção em regime de mutirão das casas de alvenaria, apesar deste projeto ter sido criado após o assentamento Mário Lago.

Embora a rede de energia elétrica da Companhia Paulista de Força e Luz passe sobre o assentamento Mário Lago, as famílias também não dispõem deste serviço público. No assentamento, a energia elétrica é obtida pelas famílias através de baterias de carro e/ou geradores movidos a óleo diesel, em razão de seu baixo custo, geradores esses que foram adquiridos com o dinheiro do primeiro fomento, tornando-se, dessa

⁸Segundo Mitidiero (2002), assim como o MST, o MLST caracteriza-se pelo personalismo. No entanto, ao contrário do MST, onde as decisões são descentralizadas, participando as lideranças do movimento das ocupações ou tomando conhecimento delas somente após ocorrem, característica esta garantida pelo próprio processo de formação do movimento, pois emergiu nas e das bases populares, no MLST, é uma cúpula que decide e é a base que realiza as ocupações.

maneira, possível ouvirem aparelhos de rádio e assistirem televisão. Aliás, as famílias também procuraram deixar claro ao pesquisador que não se trata de pessoas alienadas, desconectadas da realidade social, mas pessoas bem informadas. Os assentados utilizam como estrutura social de comunicação celulares pré-pagos. A fim de conservarem carnes, os núcleos familiares utilizam como método uma receita secular, a conserva em banha ou gordura.

Os sujeitos investigados possuem poucos bens de consumo duráveis, dos quais, muitos se encontram em um avançado estado de deteriorização, evidenciando-se, dessa maneira, uma decadência material com relação a sua vida anterior, decadência material essa que as famílias procuram, em seus relatos orais, encobrir e justificar. A fim de ingressarem no movimento sem-terra e, conseqüentemente, participarem do processo de ocupação da Fazenda da Barra, as famílias foram obrigadas a se desfazer dos bens domésticos que possuíam e ainda não os conseguiram recuperar, o que, por sua vez, representaria um maior conforto para as famílias. No processo de ocupação da propriedade, as famílias levaram consigo poucos pertences pessoais, que foram embalados e identificados em sacos plásticos.

A única infra-estrutura implantada pelo Incra no assentamento foi a construção de um poço artesiano perfurado em 2005, que, no entanto, beneficia somente dois grupos de famílias que se encontram assentadas mais próximas a esta estrutura, mas que, contudo, ainda têm que se deslocar até o local para captar água. Frente às dificuldades estruturais vivenciadas pelos sujeitos investigados, estes não consideram o Mário Lago como um projeto de assentamento rural, mas como um mero acampamento. Torna-se importante afirmar que essas famílias estão utilizando de forma irregular este poço, pois a sua perfuração não foi autorizada pelo Departamento de Águas e Energia Elétrica de São Paulo, colocando em risco o Aquífero Guarani, que pode ser contaminado pela utilização inadequada do poço.

O assentamento Mário Lago situa-se na zona leste da cidade, que se constitui em uma área de recarga do Aquífero Guarani. Como a perfuração do poço não seguiu critérios técnicos e a captação de água não tem acompanhamento, existe a possibilidade de contaminação do manancial. De acordo com a legislação em vigor, nesta região do município, localizada para além dos anéis viários da cidade, é permitida a perfuração de poços artesianos por particulares, mas, para isso, deve ser concedida autorização do Dae, que é o caso do local onde está o assentamento, nas proximidades do Bairro Ribeirão Verde.

Declaram ainda as lideranças do assentamento que o Incra não possui um projeto concreto para a distribuição de água para a totalidade do assentamento, que ainda é abastecido por caminhões-pipa enviados pelo Departamento de Água e Esgotos de Ribeirão Preto. As famílias utilizam desta água fornecida pelo órgão municipal para

beberem e para o preparo de sua alimentação. Percorrendo o assentamento é possível se observar em frente aos barracos cisternas improvisadas, latas e caixas de água também para a captação da água da chuva. Além da distribuição de água potável, o poder público municipal tem realizado o transporte escolar e a coleta dos resíduos sólidos domésticos. Estes são os únicos serviços públicos realizados pelo executivo municipal no assentamento. O serviço de transporte escolar vem sofrendo críticas por parte das famílias assentadas.

Apesar das precárias condições de moradia em que sobrevivem, as famílias justificam sua inserção e permanência no assentamento, considerando-o como um lugar isento de alguns encargos sociais provenientes da residência no meio urbano, tais como: alugueis, taxas de água, energia elétrica, entre outros, isto é, consideram o assentamento como um lugar aonde existe um baixo custo de vida. Os sujeitos investigados justificam ainda sua inserção e permanência no projeto de assentamento federal Mário Lago considerando-o como um lugar ambientalmente saudável, seguro e tranquilo para viverem, ou seja, sem a ocorrência de crimes por eles vivenciados nas periferias urbanas, tais como: tráfico de drogas, assassinatos, latrocínios roubos ou furtos, em razão do regimento interno imposto pelo MST. A Polícia Militar não está autorizada pelo movimento a entrar no assentamento. A segurança do assentamento é realizada pelas próprias famílias. No caso de algum assentado praticar algum dos crimes citados ou outros previstos no regimento interno do MST, a pessoa é imediatamente expulsa do assentamento.

A partir dos dados acolhidos através da pesquisa de campo, tornou-se possível identificar quatro grupos de famílias assentadas com relação ao tempo de permanência no assentamento Mário Lago. O primeiro grupo denominado pelo pesquisador como originário, pois estas famílias participaram de todo o processo de mobilização e ocupação da Fazenda da Barra sob a liderança do MST, encontra-se instalado no assentamento desde o mês de agosto de 2003. Os demais grupos familiares são todos provenientes de tentativas frustradas de ocupações de terra lideradas pelo movimento nas regiões de Ribeirão Preto, Franca e Campinas e que, despejados por força de ação judicial, foram deslocados e acolhidos pelo movimento no assentamento Mário Lago para não permanecerem à margem de alguma rodovia. Esses três grupos são oriundos do acampamento Salet Strozake (Batatais), do acampamento Terra Sem-Males, localizado em Campinas e da ocupação da Fazenda da Barra II (Ribeirão Preto), denominada acampamento Antonio Gramsci.

Essas famílias conseguiram ser assentadas no projeto em razão da desistência de muitas famílias, que não suportaram a demora do processo de assentamento conduzido pelo Incra, idealizavam que teriam um acesso imediato à terra ao ingressarem no movimento sem-terra. Desta maneira, o assentamento Mário Lago

comporta famílias assentadas há seis anos (Grupo Originário, o menor grupo), três anos (Acampamento Salete Strozake, com 15 a 20 famílias), dois anos (Acampamento Terra Sem-Males, com 30 famílias) e um ano e seis meses (Acampamento Antonio Gramsci). No entanto, com o passar do tempo, muitas dessas famílias, provenientes dessas três tentativas frustradas de ocupação lideradas pelo MST também se evadiram do assentamento, abandonando a luta pela terra.

Ainda acerca da trajetória de vida desses grupos familiares, faz-se importante relatar que as famílias provenientes dos acampamentos Terra Sem-Males e Salete Strozake passaram por um violento processo nas ações de reintegração de posse, sofrendo inclusive violência física por parte da Polícia Militar. No caso do acampamento Salete Strozake, o movimento realizou uma ocupação em uma antiga unidade da Febem, que se encontrava desativada há cerca de dezessete anos. Na ação de reintegração de posse, as famílias foram presas pela Polícia Militar em uma estrutura existente na própria unidade. Os agentes do Estado indagavam as famílias acerca de quem seria o líder ou líderes da ocupação. Posteriormente, estas famílias foram conduzidas pela Polícia Militar até um ginásio de esporte, local onde permaneceram presas durante cerca de uma semana sem poderem sair da quadra esportiva.

Mediante a realização do trabalho de campo junto às famílias assentadas, tornou-se possível também identificar três grupos de família, no que tange ao vínculo anterior com a terra: antigos camponeses que perderam o vínculo com a terra ao se deslocarem para os centros urbanos e que vieram a se transformar em pedreiros, auxiliares de serviços gerais, motoristas, sapateiros, catadores de sucata, faxineiras, entre outros; trabalhadores rurais assalariados, em especial, antigos colhedores de laranja e exportadores de cana-de-açúcar das usinas da região de Ribeirão Preto⁹; o terceiro grupo de famílias é constituído por trabalhadores urbanos sem nenhuma experiência anterior com a agricultura, que, por sua vez, sentiram uma enorme dificuldade no processo de adaptação do meio urbano para o rural, especialmente, no que diz respeito ao manejo da terra e com a convivência com outras famílias a partir das normas internas impostas pelo movimento sem-terra para a generalidade do assentamento.

⁹Com relação aos bóias-frias, observa Ferrante (1992) que o processo de proletarização vivenciado não significou, necessariamente, uma ruptura dos possíveis vínculos com a terra, no sentido de "desenraizamento", fato que, por sua vez, remete à exigência de "remodelagens das interpretações usualmente dadas ao processo de modernização/expropriação e proletarização rural".

O Processo de Assentamento das Famílias: Conflitos e Negociações

As negociações entre o MST e o Incra objetivando o assentamento das famílias no projeto de assentamento Mário Lago iniciaram-se logo após a publicação do Decreto Presidencial que declarou a Fazenda da Barra de interesse social para fins de reforma agrária em dezembro de 2004, autorizando o referido órgão estatal a realizar a desapropriação do imóvel. Neste momento, as famílias encontravam-se acampadas no Sítio Braghetto. A proposta inicial do MST era assentar no local 400 famílias em lotes de 5 hectares, argumentando que o movimento havia promovido a primeira ocupação da propriedade. As famílias pertencentes ao MLST deveriam ser assentadas em uma outra fazenda localizada no estado de Minas Gerais. Entretanto, o Incra não aceitou este acordo proposto pelo movimento, assentando, na propriedade mineira, outras famílias.

As negociações entre o movimento sem-terra e o órgão estatal foram somente parcialmente finalizadas no final de 2008, momento em que o assentamento Mário Lago comportava cerca de 300 núcleos familiares, ficando estabelecido entre o Incra e os três movimentos sociais que do MST seriam assentadas 264 famílias em lotes familiares de 3.14 hectares, do MLST (assentamento Santo Dias) 160 famílias e do movimento social que se considerara independente (assentamento Índio Galdino) 40 famílias.

As famílias não concordaram com esse modelo de assentamento colocado pelo Incra, mas acabaram aceitando. O processo não foi conduzido de uma forma muito clara por parte do Incra. No decorrer das negociações, as famílias chegaram a entender que o tamanho do lote estipulado em 3.14 hectares incluiria somente o lote familiar e o lote coletivo. No entanto, a proposta do Incra incluiu nas dimensões deste lote o lote familiar, o coletivo, áreas de preservação e o reflorestamento. O lote familiar ficou com as dimensões de 1.58 hectares.

A seleção das 264 famílias que foram assentadas não foi realizada pelo Incra, mas pelo próprio MST, que utilizou como critério o tempo de luta pela terra, de inserção e permanência no movimento sem-terra. O processo de assentamento definitivo das famílias caminha a passos lentos. Estas se encontram em uma fase de transição do modelo de acampamento para o de assentamento. Em agosto de 2008, o Incra iniciou a divisão do terreno, mas ainda não terminou de demarcar todos os lotes, de "cortar" o terreno, nos dizeres das lideranças do assentamento. Para tanto, as famílias foram organizadas em quatro áreas. Até o mês de janeiro de 2009, o Instituto havia demarcado somente duas áreas, mas as famílias não podem se deslocar até seus lotes, pois não sabem aonde se localizam e o acesso aos lotes é praticamente intransitável.

Algumas famílias estão assentadas em lotes provisórios e, em alguns casos, em futuras áreas de preservação ambiental. O modelo é denominado Comuna da Terra, uma nova proposta de pensar o processo de reforma agrária próximo aos grandes centros urbanos. A proposta é ter o autoconsumo, fornecendo alimentos orgânicos para os centros consumidores através de cooperativas que integrem as famílias dos assentados, envolvendo todos na produção. O Ministério Público da Comarca de Ribeirão Preto continua a intermediar o processo de assentamento definitivo das famílias, mediante a realização de reuniões, a fim de estabelecer um TAC (Termo de Ajustamento de Conduta) entre os trabalhadores rurais e o Incra. Neste TAC, as famílias estão comprometendo-se somente a produzirem produtos orgânicos e a reflorestarem a área degradada pela Fundação Sinhá Junqueira em meio à produção agrícola. O acordo com o Ministério Público prevê ainda que a área de preservação ambiental do assentamento Mário Lago seja de 35%.

Em razão da região de Ribeirão Preto constituir-se em uma área na qual existe uma grande disputa por terras visando o plantio de cana-de-açúcar pelo setor sucroalcooleiro, (tornando-se os assentamentos alvos deste processo, como ocorrido na microrregião de Araraquara¹⁰), pelo acordo firmado com a promotoria, as famílias comprometeram-se também a não arrendar os lotes familiares e a não transferi-los individualmente sem consentimento da comunidade.

A Organização Social das Famílias pelo MST

O projeto de assentamento federal Mário Lago é resultado de um processo de luta política, promovida por um movimento social fortemente organizado, o MST. Mediante os relatos orais dos sujeitos pesquisados, tornou-se possível detectar que o assentamento possui um elevado grau de organização moral e estrutural, desempenhadas pelo MST, movimento social este que possui objetivos políticos que medeiam às relações das famílias assentadas com a terra, tornando-se importante asseverar que as famílias assentadas destinam uma grande quantidade de seu tempo

¹⁰Segundo Ferrante *et al.* (2006), a produção de cana-de-açúcar nos projetos de assentamentos da microrregião de Araraquara, por intermédio do arrendamento dos lotes para as usinas, constitui, sem sombra de dúvida, a alternativa mais arriscada em termos da gestão familiar do trabalho e do território, pois, além dos prováveis prejuízos ambientais que esta prática pode vir a ocasionar ao meio ambiente, essa forma de produção, ao que tudo indica, parece seguir à lógica da agricultura patronal, podendo resultar em uma perda de rentabilidade econômica e autonomia das famílias assentadas, pois, em muitos casos, com o passar do tempo, todo o processo produtivo passa a ser feito pela usina, especialmente, o corte que é realizado por empresas de mão-de-obra rural.

à participação na organização coletiva do assentamento, especialmente, nas reuniões gerais e setoriais.

As 264 famílias assentadas, o que, por sua vez, totaliza um número aproximado de cerca de 1000 pessoas residentes no assentamento Mário Lago são internamente organizadas pelo MST em vinte núcleos de moradia, que agregam de 10 a 20 famílias. Um dos propósitos desse modelo de organização estabelecido pelo movimento é criar laços de solidariedade entre as famílias envolvidas neste processo: a pessoa não possui mais simplesmente três ou quatro familiares, mas cerca de sessenta ou oitenta familiares.

Os núcleos são intitulados com nomes de personalidades que se envolveram em questões sociais e políticas, como, por exemplo, Dom Hélder Câmara, Antonio Gramsci, Rosa Luxemburgo, Zumbi dos Palmares, Che Guevara, Paulo Freire, Chico Mendes. Para cada um desses núcleos de moradia, existe um coordenador e uma coordenadora geral, eleitos pelos membros dos núcleos e que se encontram subordinados aos coordenadores locais do MST.

Nos núcleos de moradia, existem ainda os chamados coordenadores de setor, que são: produção, saúde, educação, gênero, ciranda, direitos humanos, segurança, secretaria e grupo de jovens. De acordo com os sujeitos pesquisados, os coordenadores não são impostos pelos dirigentes do movimento sem-terra, a eleição dos coordenadores gerais e de setores ocorre de uma maneira democrática, pública e mediante o voto aberto, por um processo de indicação e por um consentimento da maioria envolvida no processo eleitoral.

As reuniões dos coordenadores gerais e dos núcleos de moradia são realizadas semanalmente. Às segundas-feiras ocorrem as reuniões dos coordenadores gerais de núcleo, nas quais, também participam técnicos do Incra. Os coordenadores gerais possuem a incumbência de transmitir aos núcleos que são responsáveis o resultado dos assuntos discutidos nessas reuniões e elevar as reivindicações dos núcleos aos demais coordenadores e técnicos do Incra. Nos demais dias da semana, ocorrem as reuniões dos coordenadores de setores com os núcleos de moradia: às terças-feiras, são realizadas as reuniões dos setores de educação, segurança e ciranda, às quartas-feiras, esporte cultura, e lazer, quintas-feiras, produção. Aos sábados são realizados encontros com a Pastoral da Criança. A pesagem das crianças do assentamento é realizada todo segundo sábado do mês.

Nestas reuniões, além do coordenador há um relator, que possui a função de redigir a ata da reunião. Nas reuniões, todos têm o dever de ouvir, mas também o direito de se posicionar. Em uma das visitas ao assentamento, o pesquisador chegou a presenciar uma reunião do grupo de jovens, dialogando alguns minutos com os participantes, que o ouviram acerca dos propósitos de sua pesquisa de uma maneira

muito atenciosa e respeitosa. Os coordenadores tanto gerais, como setoriais não possuem um mandato vitalício, muito pelo contrário, podem ser destituídos de seus cargos a qualquer momento, caso não trabalhem para atingir os propósitos estabelecidos coletivamente.

Esta forma de organização das famílias estabelecida pelo movimento sem-terra em núcleos de moradia e em setores decorrer desde a fase de acampamento, com algumas variações no setor de segurança, em razão das dimensões da propriedade ocupada, ou seja, a não existência de uma guarda volante. Este modelo de organização é utilizada pelo movimento sem-terra inclusive contra a própria atuação dos técnicos do Incra no processo de assentamento definitivo das famílias.

Com relação à estrutura do assentamento, embora de maneira precária, conta com uma secretaria localizada na portaria do assentamento, na qual se encontra toda a documentação do assentamento. Na ocasião da pesquisa de campo, realizada no mês de janeiro de 2008, a secretaria encontrava-se destelhada, em razão das fortes chuvas. As reuniões dos coordenadores gerais, bem como dos núcleos de moradia e dos setores são realizadas na antiga sede da Fazenda da Barra ou mesmo no próprio estábulo, adaptado para este objetivo comunitário. Para os assentados que não foram alfabetizados pelo sistema escolar, o assentamento dispõe de um curso de Educação de Jovens e Adultos, ministrado pelas próprias famílias assentadas e que se encontram alfabetizadas.

No que se referem às regras morais, éticas e comportamentais existentes no assentamento, as famílias fazem muita questão de indicar um rigoroso corpo de normas obrigatórias entre os assentados, desejando deixar claro ao pesquisador que no local existe uma "organicidade", termo usualmente utilizado pelas famílias assentadas. No entanto, muitas dessas regras são determinadas pelo próprio movimento sem-terra e aplicadas à totalidade dos assentados que se encontram sob sua tutela, o que, por sua vez, não garante uma construção plenamente participativa da coletividade. Evidencia-se uma forte preocupação com o controle social como forma de garantir a coesão social no assentamento e o sucesso das reivindicações sociais pretendidas pelos assentados.

Composto por doze itens, o regimento interno do assentamento foi logo estabelecido na fase de acampamento em 2003. Dentre as regras existentes no assentamento, podem ser citadas: a proibição ao uso de drogas, do adultério, do abandono do lar, da prostituição, de assédio sexual, de qualquer espécie de agressão, de estupro, roubo tanto dentro do assentamento, como fora, todas as pessoas que adentram ao assentamento devem ser identificadas, proibição da comercialização individual dentro do assentamento, de arrecadação individual, mas sim coletiva, do alcoolismo, entre outras. A intenção do movimento é não reproduzir no assentamento

todos esses problemas vivenciados na sociedade.

Caso ocorra a violação de alguma dessas regras, a pessoa é levada à uma discussão coletiva, bem como à discussão entre os coordenadores para uma possível resolução do problema. A penalidade mais grave para as infrações é a expulsão da pessoa do assentamento, a um processo que denominam auto-exclusão, isto é, a pessoa quebrando as regras existentes estaria se auto-excluindo da comunidade. Com relação à solidariedade existente entre as famílias, verificou-se que entre os assentados existe uma mútua cooperação, com a troca de materiais, serviços e alimentos. Embora a produção seja realizada individualmente nos lotes familiares, o excedente quando não comercializado é trocado entre as famílias.

Estruturalmente, o universo empírico pesquisado apresenta-se como um universo social que mantém suas propostas de organização política centradas nos princípios do movimento social do qual se originou, o MST. A organização da produção apresenta-se comprometida com o atendimento ao que foi postulado em seu Projeto de Desenvolvimento Sustentável, o que significa usufruir dos recursos naturais sem agredir o meio ambiente, uma proposta de assentamento postulada pelo próprio MST e assimilada pelo Incra. Decorre deste modelo de produção agroecológica a sigla utilizada para a nomenclatura oficial do assentamento: PDS – Mário Lago.

Observou-se também uma forte preocupação entre as famílias de uma organização interna do assentamento pautada em princípios de mútua cooperação e solidariedade, não somente no que tange às regras de trabalho, mas também quanto no que refere à formação moral e social dos indivíduos, representando, dessa maneira, uma preocupação com os companheiros e familiares, como também, com as futuras gerações.

A titulação da terra foi imposta pelo movimento sem-terra. A posse da propriedade não é individual, mas coletiva, de modo que o seu titular permanece limitado pelo compromisso que assumiu perante toda a comunidade. Este fator impede a possibilidade de venda ou arrendamento do lote familiar, objetivando fortalecer a visão coletiva da produção e permanência na terra conquistada. Ao que tudo indica o assentamento provisório das famílias não ocorreu de acordo com as afinidades de produção pretendidas por cada assentado. Aparentemente, para a distribuição dos lotes individuais, foi utilizado o critério parentesco, as famílias agregaram-se próximas aos seus familiares.

No que tange à relação dos assentados com os dirigentes locais do movimento sem-terra, constatou-se que um grupo considerável de famílias provenientes das tentativas frustradas de ocupação sob a liderança do MST pretendeu os substituir por dirigentes do MLST. No entanto, esses grupos familiares foram impedidos por famílias que participaram de todo o processo de ocupação da Fazenda da Barra, alegando estas que os futuros dirigentes desconheceriam a sua história pessoal de

luta pelo acesso e permanência no assentamento.

Mediante a pesquisa de campo constatou-se a existência de diversas festividades realizadas no assentamento, nas quais, todos os assentados são convidados a participar e a colaborar de alguma maneira, dentre estas, pode-se destacar: Folia de Reis, com almoço comunitário e baile no período da noite; Festa Junina; Festival do Milho; Encontro de Violeiros, entre outras. As famílias também possuem o hábito de convidar familiares não assentados e simpatizantes do movimento sem-terra a fim de participarem de suas festividades. Ainda acerca da sociabilidade existente no assentamento, os dados da pesquisa de campo sugerem que os vizinhos possuem um relacionamento amigável. No caso, por exemplo, de algum assentado necessitar ausentar-se do assentamento por motivo de viagem a fim de visitarem familiares ou enfermidade, os vizinhos assentados mais próximos ao seu lote procuram cuidar de sua residência, plantações e criações.

A Organização da Produção no Assentamento Mário Lago

No projeto de assentamento federal Mário Lago, as 264 famílias que o constituem, encontram-se, temporariamente, assentadas em lotes provisórios, denominados pelo movimento sem-terra como *Comunas da Terra*. Os lotes familiares não são todos do mesmo tamanho, comportando, em média, a dimensão de 0,9 hectares, sendo que algumas famílias possuem mais de um lote que, por sua vez, encontram-se destinados à produção coletivamente do assentamento. Os lotes não são delimitados por cercas, conseqüentemente, não é possível se identificar onde se iniciam e/ou onde terminam.

As dimensões deste lote familiar tornam somente possíveis a realização de pequenas plantações e a criação de animais de pequeno porte. Esse tamanho de lote é o menor dentre os projetos de assentamentos rurais do país, que chegam a comportar vinte hectares por grupo familiar. As lideranças do assentamento chegaram inclusive a questionar que o Incra não dispõe de um módulo ou padrão mínimo de assentamento a ser utilizado em todo o país e que, conseqüentemente, os lotes diferem em muito com relação ao seu tamanho.

No entanto, as dimensões do lote familiar não somente estabelecem atualmente barreiras ao processo produtivo, verificando-se também com uma baixa produção, como também causa preocupação com relação ao futuro das gerações que se sucederam no assentamento, ou seja, com um possível aumento do núcleo familiar em razão de futuros nascimentos e casamentos. Muitas famílias encontram-se temporariamente assentadas em áreas que futuramente serão destinadas à preservação ambiental no assentamento, estando cientes que serão obrigadas a se

deslocar para outros lotes.

Os sujeitos investigados praticam a denominada agricultura tradicional, estando proibidos pelo Termo de Ajustamento de Conduta que assinaram, em acordo com o Ministério Público local e com o Incra, a fazer uso de quaisquer tipos agrotóxicos. Como técnicas de plantio, os assentados utilizam a semente de mucuna-preta, uma leguminosa anual muito utilizada pelos assentados nas plantações de milho, como uma espécie de adubo orgânico, em razão de ser uma grande fixadora de nitrogênio e muito rica em nutrientes, não sendo tão exigente quanto à fertilidade do solo, somente não tolera os de baixa drenagem.

A produção é realizada individualmente nos lotes familiares, embora em alguns núcleos de moradia existam áreas de produção coletiva. O movimento sem-terra não obriga todas as famílias a produzirem coletivamente no assentamento. A produção coletiva é uma escolha individual. No caso de alguma família deixar o assentamento e não havendo outro grupo familiar a ser assento em seu lugar, este lote não permanece improdutivo, é destinado à produção coletiva no assentamento. Neste sistema coletivo de produção, o plantio, a manutenção, a colheita e a divisão dos bens produzidos ocorrem coletivamente. A produção de polvilho, de cana-de-açúcar e a horta também são produzidas coletivamente. No entanto, no decorrer da pesquisa de campo, verificaram-se problemas na divisão dos bens produzidos coletivamente.

Embora de propriedade particular e encontrando-se em um avançado estado de deteriorização, os bens de capital, tais como: tratores, arados, colheitadeiras são utilizados coletivamente pelos assentados. As famílias têm desenvolvido no assentamento Mário Lago uma rica policultura orgânica, produzindo uma grande diversidade de gêneros alimentícios, tais como: milho, feijão de corda, feijão carioca, arroz, abóbora, mandioca, quiabo, banana, cuja base é a utilização da semente crioula, que, ao contrário da semente híbrida, não possui alterações genéticas. Os assentados produzem ainda na horta comunitária legumes, verduras, criam pequenos animais confinados, tais como: aves, caprinos e suínos. A criação de animais de grande porte torna-se praticamente impossível em razão das dimensões do lote.

O assentamento Mário Lago não dispõe de nenhum sistema de irrigação, dependendo as famílias assentadas da água que captam da chuva mediante cisternas improvisadas, pequenos poços cavados manualmente e riachos existentes na propriedade. Por esta razão, o sistema produtivo do assentamento encontra-se totalmente subordinado às estações da natureza. As famílias realizam o plantio dos gêneros alimentícios nos meses que antecedem o período do verão, em razão da grande incidência de precipitação pluviométrica neste período do ano. No decorrer do ano, as famílias não realizam nenhum tipo de plantio. Os gêneros alimentícios também são plantados de acordo com a sua época.

Desde a fase de acampamento, as famílias têm produzido esses mesmos gêneros alimentícios, utilizando para tanto as mesmas técnicas de plantio, considerando ainda esse modelo de produção agroecológica como uma alternativa viável ao sistema produtivo do agronegócio local, sistema esse entendido pelos sujeitos pesquisa como pura degradação do meio ambiente e exploração do trabalho humano.

A produção coletiva de cana-de-açúcar no assentamento vem declinando. No decorrer do processo de ocupação, nem todos os pés de cana existentes na propriedade foram arrancados para a construção dos barracos ou substituídos pela produção de alimentos para o acampamento provisório. A produção de rapadura e de caldo de cana transformou uma alternativa fora da ótica do Incra para as famílias assentadas que comercializavam esses produtos dentro e fora do assentamento, além de servir para a alimentação de animais.

No entanto, verificou-se que atualmente os sujeitos pesquisados, em razão da formação política desenvolvida pelo movimento sem-terra, totalmente contrária à monocultura da cana-de-açúcar, não possuem grandes pretensões com relação a esta produção. Recentemente, as famílias iniciaram a produção de polvilho.

Em razão das famílias estarem assentadas em lotes provisórios e em futuras áreas de preservação ambiental, ainda não iniciaram o plantio da Reserva Legal e o resgate do passivo ambiental. O assentamento também não tem recebido nenhum apoio de organismos externos governamentais ou não-governamentais para a realização de projeto que objetivem a preservação de matas ou águas superficiais existentes no local.

No que tange à relação das lideranças do assentamento e dos sujeitos pesquisados com os técnicos do Incra, constatou-se mediante a realização da pesquisa de campo que possuem uma relação amigável, embora esses mesmos técnicos também sejam vistos com certa desconfiança pelas famílias assentadas. O Incra em conjunto com o movimento sem-terra têm oferecido assistência técnica aos assentados. A qualificação técnica dos jovens do assentamento é realizada pelo movimento sem-terra no Centro de Formação Dom Hélder Câmara, que, por sua vez, conta com um curso técnico agroecológico, ministrado por docentes da Unicamp, até mesmo porque cerca de 50% das famílias assentadas nesse local não possuía qualquer vínculo anterior com a agricultura. O curso é realizado em etapas que duram setenta e cinco dias, com turmas de sessenta alunos, recebendo inclusive trabalhadores rurais de diversos estados. Esse espaço conta ainda com um curso superior de Pedagogia da Terra em parceria com a UFSCar, além de oficinas de viola.

A formação política das famílias que se inicia nas reuniões de base em que são convidadas a ingressar no movimento estende-se também no referido centro de formação. Além da formação política e qualificação técnica, esta estrutura centraliza

a alfabetização e a promoção da cultura popular, difundindo ainda idéias de cooperativismo e associativismo. As técnicas transmitidas no curso agroecológico permitem recuperação do terreno sem prejuízos ao meio ambiente. As famílias queixam-se ao pesquisador de que a terra encontrava-se exaurida em razão das sucessivas plantações de cana-de-açúcar no assentamento.

Os assentados receberam o primeiro fomento destinado à alimentação, produção e compra de utensílios agrícolas básicos na ordem de R\$ 2.400,00, divididos em três parcelas. No entanto, como os núcleos familiares encontram-se assentados em lotes provisório, estes investiram esse primeiro fomento em uma propriedade que futuramente pode não lhes pertencer. Alguns assentados desejaram utilizar parte deste primeiro fomento para a aquisição de eletrodomésticos e móveis, mas foram impedidos pelos técnicos do Incra.

Com o assentamento provisório, o Incra deixou de distribuir cestas básicas. No primeiro fomento, os assentados utilizaram a primeira parcela de setecentos reais para a compra de alimentos. Em 2008, o início das chuvas atrasou, dificultando dessa maneira o processo produtivo. Em virtude deste fato, as famílias assinaram um abaixo assinado, solicitando ao Incra que, no recebimento do segundo fomento, quinhentos reais sejam destinados a compra de alimentos. Em sua grande maioria, as famílias consideram como razoáveis suas atuais condições de trabalho. A renda familiar mensal para os núcleos familiares que não possuem uma complementação de renda fica em torno de trezentos a quatrocentos reais. A mão-de-obra utilizada é a familiar, com a esposa e os filhos participando no processo produtivo.

Os produtos orgânicos produzidos no assentamento são comercializados de diversas maneiras. Embora, em sua grande maioria, a produção seja realizada individualmente nos lotes familiares, o repasse dos produtos à Conab (Companhia Nacional de Abastecimento) é realizado coletivamente. A Conab é um projeto do governo federal que objetiva comprar a preços significativos a produção de pequenos agricultores, repassando esses produtos às entidades assistencialistas. No entanto, torna-se importante esclarecer que não são todos os assentados que possuem este convênio com a Conab.

Dessa maneira, as famílias têm também comercializado individualmente seus produtos em Feiras do Produto realizadas aos sábados em frente a um supermercado localizado no Bairro Ribeirão Verde. Moradores residentes neste referido bairro também têm se deslocado até o assentamento para adquirirem os produtos. As lideranças possuem também o projeto de construir uma espécie de galpão na entrada do assentamento, que funcionará como uma feira para a venda dos produtos.

Objetivando reverter à pejorativa concepção que vigora sobre o movimento sem-terra na sociedade brasileira e, em especial, na região de Ribeirão Preto, acerca da

inviabilidade de um processo mais consistente de reforma agrária frente à supremacia do agronegócio, dentre outras ações, as famílias têm realizado mensalmente a distribuição dos alimentos orgânicos produzidos no assentamento no centro da cidade de Ribeirão Preto.

Os dados colhidos mediante a realização da pesquisa de campo sugerem que os grupos familiares estão conseguindo sobreviver precariamente com o desenvolvimento da policultura orgânica no assentamento, permanecendo em uma condição de mera subsistência. Verificou-se que os sujeitos pesquisados utilizam parte dessa produção orgânica para o autoconsumo, sendo que o excedente de produção é utilizado como moeda de troca com outras famílias ou comercializado individual ou coletivamente.

À exceção da produção de cana-de-açúcar e do polvilho, produzidos coletivamente, os demais produtos orgânicos não passam por um processo de beneficiamento, não se agregando dessa maneira valor em sua cadeia produtiva. Comercializados individualmente, esses produtos são vendidos a preços irrisórios. Com os ganhos adquiridos mediante a comercialização individual e coletiva, as famílias adquirem fora do assentamento, pois não é permitido pelo movimento sem-terra qualquer tipo de comércio individual no assentamento, os demais produtos utilizados em sua alimentação. Dessa maneira, parte da riqueza produzida não permanece no próprio assentamento.

Do decorrer da pesquisa de campo, foram encontrados casos de famílias que complementam a sua renda mensal com o recebimento de benefícios de seguridade social, alugueis ou mesmo realizando serviços temporários na cidade, pois não podem possuir vínculo empregatício. Foram verificados muitos casos de faxineiras, pedreiros e auxiliares de pedreiro que realizam os chamados serviços de empreita na cidade. Após a realização do plantio da safra, os assentados dispõem de um considerável tempo ocioso para desempenharem tais atividades na cidade, complementando, dessa maneira, sua renda familiar. Entretanto, no período da colheita, as famílias permanecem quase que em tempo integral no assentamento.

Em 2007, surgiu uma tese na mídia brasileira afirmando que o Programa Bolsa Família do Governo Federal, aliado a uma maior identificação dos movimentos sociais que lutam pela implementação da reforma agrária no país com a pessoa do presidente da República e um aumento da subvenção destas organizações, estariam servindo como um fator de desmobilização destes mesmos movimentos sociais, esvaziando-os. As famílias prefeririam permanecer acomodadas nas periferias urbanas recebendo este benefício social a ingressarem nos referidos movimentos sociais e que, dessa maneira, o MST estaria impedindo as famílias que estão sob sua tutela de receberem este benefício social.

No decorrer da pesquisa de campo, não foram encontrados elementos suficientes

para corroborar a afirmação de que o MST estaria proibindo as famílias que estão sob sua responsabilidade de receberem o Programa Bolsa Família. Aliás, frente às dificuldades estruturais e até mesmo de subsistência enfrentados pelos sujeitos pesquisados seria uma verdadeira insanidade por parte de o movimento sem-terra impedir o recebimento deste benefício social, o que, por sua vez, poderia gerar ainda mais conflitos e divisões na estrutura social do assentamento Mário Lago.

Referências

BRENNEISEN, E.C. **Relações de Poder, Dominação e Resistência: A Organização Social e da Produção em Assentamentos Rurais na Região Oeste do Paraná**. 2000. 280 p. Tese (Doutorado em Ciências Sociais). Pontifícia Universidade Católica (PUC/SP), São Paulo.

CARMO, M.S. do. Desenvolvimento Territorializado: assentamentos rurais e agroecologia. In: FERRANTE, V.L.S.B.; ALY JÚNIOR, O. (Orgs.) **Assentamentos Rurais: impasses e dilemas uma trajetória de 20 anos**. São Paulo: INCRA; Araraquara: Uniara, 2005, p. 219-234.

FERNANDES, B.M. O MST e os desafios para a realização da reforma agrária no governo Lula. **OSAL**, Buenos Aires, ano IV, n.11, p.31-40, maio/ago, 2003.

_____. 27 anos do MST em luta pela terra. In: FERRANTE, V.L.S.B.; WHITAKER, D.C.A. (Orgs.) **Reforma Agrária e Desenvolvimento: desafios e rumos da política de assentamentos rurais**. Brasília: MDA; Araraquara: Uniara, 2008, p. 27-52.

FERRANTE, V.L.S.B. A proletarização não tem cartas marcadas: a terra no horizonte dos bóias-frias. **Revista Reforma Agrária**, Campinas, v.22, n.3, p.16-23, 1992.

FERRANTE, V.L.S.B. et al. Reforma agrária e "desenvolvimento como liberdade": Uma nova visão sobre os assentamentos rurais do estado de São Paulo. **Retratos de Assentamentos**, Araraquara, Nupedor/Unesp-Uniara, n.10, p.19-43, 2006.

GONÇALVES, C.W.P. A Nova Questão Agrária e a Reinvenção do Campesinato: o caso do MST. **OSAL**, Buenos Aires, ano VI, n.16, p.23-34, jan/abr, 2005.

GONÇALVES, J.C.; SCOPINHO, R.A. Conflitos e negociações em projetos de desenvolvimento rural sustentável: o caso do assentamento Mário Lago - Ribeirão Preto (SP). Fórum de Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente: políticas, legislação e gestão ambiental, 2008, Araraquara/SP. In: **Anais...**, Araraquara/SP, 2008. CD-ROM.

GIRARDI, E.P. **Atlas da Questão Agrária Brasileira**. Presidente Prudente: UNESP, 2008.

INCRA. **Guia da Reforma Agrária em São Paulo** - Introdução às Questões Agrárias e Fundiárias do Estado de São Paulo. São Paulo: INCRA - SP, 2005.

LAZZARETTI, M.A. **A Produção da Ação Coletiva no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e o Papel das Lideranças**. 2008.

MITIDIERO, M. A. Jr. **As Contradições da Luta Pela Terra**: o caso do Movimento de Libertação dos Sem Terra. 2002. Dissertação. (Mestrado em Geografia Humana). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.

MORISSAWA, M. **A História da Luta pela Terra e o MST**. São Paulo: Expressão Popular, 2001.

NAVARRO, Z. Sete teses equivocadas sobre as lutas sociais no campo: o MST e a reforma agrária. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v.11/12, p.86-93, abr/jun, 1997.

_____. "Mobilização sem emancipação" - as lutas sociais dos sem-terra no Brasil. In: SANTOS, B. de S. (Org). **Produzir para Viver**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002, p. 189-232.

SOUZA, V.F. de; BERGAMASCO, S.M.P.P. A presença do MST e da Comcamp nos assentamentos São Bento e Santa Clara/Che Guevara. **Retratos de Assentamentos**, Araraquara, n.10, p.143-155, 2006.

TURATTI, M.C.M. **Os Filhos da Lona Preta**: identidade e cotidiano em acampamentos do MST. São Paulo: Alameda, 2005.